

VII - ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS DEPARTAMENTOS DO CONSELHO GERAL

a) Biblioteca

Vogal Responsável: Dr. João Perry da Câmara

O ano de 2005 foi um ano de grandes mudanças para a Biblioteca. Foi necessário conjugar a contenção orçamental com a criação da nova imagem e das novas funcionalidades da Biblioteca, com o objectivo de reforçar os serviços prestados aos Advogados.

1. Fundo documental

1.1 Aquisição de publicações

As aquisições da Biblioteca, tal como na sua reabertura em 1992 com o Senhor Dr. João Morais Leitão, Vice-Presidente do Conselho Geral, voltaram a ter a orientação e responsabilidade de um membro do Conselho Geral designado para o efeito, o Senhor Dr. João Perry da Câmara.

Tal como nos últimos anos, foi adquirido um número significativamente menor de monografias jurídicas nacionais e foram canceladas assinaturas anuais de títulos de publicações em folhas móveis, sobretudo em língua estrangeira. Aliás, a aquisição de monografias foi suspensa na fase de reestruturação dos serviços entre Fevereiro e Julho de 2005.

O quadro resumo de aquisições dos últimos 10 anos é o seguinte:

| Anos | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 |
|-------------------------------|------------|------------|------------|-------------|-------------|-------------|-------------|------------|------------|------------|
| Monografias adquiridas | 840 | 888 | 910 | 1033 | 1214 | 1072 | 1002 | 397 | 448 | 351 |

Das 351 monografias que deram entrada em 2005, apenas 179 foram compradas. As restantes foram oferecidas, resultaram de *download*, foram produzidas na Biblioteca ou no CDJ ou resultaram da assinatura de periódicos.

Tendo em conta a classificação por Ramos do Direito, salientamos, entre outras, a entrada de 53 monografias de Advocacia; 17 de Direito Penal; 15 de Direito Administrativo; 13 de Direito do Trabalho; 11 de Processo Civil e 10 de Direito Fiscal.

A Biblioteca assina 4 bases de dados on-line (LEGIX, Diário da República Electrónico, 1ª e 2ª séries, Acórdãos do STA - apêndices do DR).

Quadro da evolução da aplicação da verba do orçamento destinada a aquisições

| Tipo de documento | 2003 | 2004 | 2005 |
|---|-------------|--------------|-------------|
| Monografias | € 4 487,06 | € 5 927,10 | € 5 289,20 |
| Publicações periódicas (assinaturas) | € 8 960,35 | ----- | € 5 289,49 |
| Monografias em folhas móveis (assinaturas) | € 14 119,97 | *€ 31 128,10 | € 5 930,78 |
| Bases de dados on-line / CD-ROM (assinaturas) | € 7 387,36 | ----- | € 5 966,20 |
| Total em Euros | € 34 954,74 | € 37 055,20 | € 22 429,41 |

**Assinaturas (soma das publicações periódicas, monografias actualizáveis e bases de dados, seguindo o tratamento dado pelo Departamento Financeiro).*

1.2 Organização do acervo documental da Biblioteca

A Biblioteca é uma das mais valiosas bibliotecas jurídicas do nosso país.

Do seu rico acervo fazem parte:

✓ Monografias - 39 000 títulos, classificados e ordenados por ramos do direito e organizados por ordem crescente do respectivo número de registo.

✓ Publicações periódicas - 1075 títulos de revistas nacionais e estrangeiras, 160 das quais no activo. A maioria das publicações periódicas activas resultam de oferta 67, sendo 41 assinadas, 51 permutadas, 17 compradas e 1 proveniente de *download*. A lista de publicações periódicas está disponível para consulta no website da Ordem em Biblioteca / Informação Bibliográfica: http://www.oa.pt/Conteudos/Artigos/lista_artigos.aspx?idc=31559&idsc=18253

✓ Base Bibliográfica - 57 189 registos bibliográficos, catalogados até Dezembro de 2005. A Base Bibliográfica é composta por um significativo volume de informação, incluindo referências bibliográficas de monografias, obras de referência, analíticos de monografia e analíticos de periódicos - permitindo o acesso a um vasto e actualizado conjunto de informação jurídica e necessitando de actualização permanente.

✓ Colecções de leis, repertórios e jornais oficiais - O inventário de colecções de leis, repertórios e jornais oficiais existentes na Biblioteca, inclui publicações com referências legislativas desde o século XV e publicações em texto integral desde o século XVII (1603), encontrando-se disponível para consulta em suporte de papel e, também, no website da Ordem, em Biblioteca / Informação Bibliográfica: http://www.oa.pt/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?idc=31559&idsc=196

✓ Colecções de jurisprudência - O inventário de colectâneas de jurisprudência existentes na Biblioteca, que inclui cerca de 130 títulos de monografias, periódicos e bases de dados, está disponível para consulta em suporte de papel e, também, no website da Ordem, em Biblioteca / Informação Bibliográfica: http://www.oa.pt/Conteudos/artigos/detalhe_artigo.aspx?idc=31559&idsc=17410

✓ Material não livro - colecção de disquetes e CD-ROM, que inclui enciclopédias, dicionários, bases de dados de legislação e jurisprudência, códigos e tratados internacionais.

✓ Fundos documentais especiais:

I - Biblioteca do Bastonário Adelino da Palma Carlos - Fundo constituído por publicações jurídicas e de história universal (7335 volumes, a que correspondem cerca de 6000 monografias) que foi doado à Biblioteca pelos filhos do Bastonário em 1994. O fundo foi arrumado na antiga Sala do Conselho.

II - Fundo documental de Livro Antigo - Este acervo documental é composto por 810 títulos, a que correspondem 1468 volumes, com datas de edição compreendidas entre 1534 e 1800. Este fundo é constituído, maioritariamente, por obras de doutrina jurídica (de jurisconsultos célebres), mas também por obras de legislação e jurisprudência.

Na sequência do trabalho de organização, acondicionamento e inventariação do fundo de Livro Antigo foi elaborado um inventário em suporte de papel e informático.

III - Espólios documentais pessoais:

Estes espólios compreendem a documentação produzida, recebida e reunida por certas individualidades, no decurso da sua vida pessoal e profissional, sendo constituídos, principalmente por apontamentos pessoais, fotografias, correspondência e recortes de imprensa. A respectiva lista está disponível no website da Ordem, em Biblioteca / Informação Bibliográfica:

http://www.oa.pt/Conteudos/Artigos/lista_artigos.aspx?idc=31559&idsc=24106

- o Espólio documental da Dr.^a Elina Guimarães. O fundo é constituído por 1689 documentos (textos dactilografados, manuscritos, fotografias, correspondência, recortes de jornais e revistas) com datas compreendidas entre 1877 e 1990. A organização e tratamento documental deste fundo foi efectuada entre Maio e Julho de 2004. O inventário está disponível para consulta em suporte de papel e no website da Ordem, em: <http://www.oa.pt>;
- o Espólio do Bastonário Adelino da Palma Carlos (a aguardar inventariação e tratamento documental);
- o Espólio do Bastonário Barbosa de Magalhães (a aguardar inventariação e tratamento documental).

IV - Manuscritos - Estão ordenados e devidamente acondicionados, em material apropriado a assegurar a sua conservação, cerca de 50 manuscritos e documentos impressos com datas compreendidas entre os séculos XV e XIX.

1.3. Oferta, permuta e doação de documentos

No decorrer de 2005, autores, editores e livreiros, bem como particulares, ofereceram à Biblioteca 171 volumes. Salientamos, em particular, as ofertas da Dr.^a Teresa Anselmo Vaz e Dr. Rui Barbosa.

A Biblioteca, por sua vez, procedeu à oferta de um total de 380 volumes, 148 monografias, 212 periódicos e 20 CD-ROM. Foram destinatárias destas ofertas a Biblioteca do Conselho Distrital do Porto e a Delegação da Ordem dos Advogados de Setúbal.

2. Pesquisas efectuadas na Sala de Leitura

2.1 . Fontes de informação

À semelhança dos anos anteriores, as pesquisas, efectuadas pelos utilizadores, tiveram como principais fontes de informação a base de dados bibliográficos *BOA* (1961 pesquisas em 2005 / 1484 pesquisas em 2004 / 1361 pesquisas 2003) e a base de referências legislativas e de jurisprudência *LEGIX* (2127 pesquisas em 2005 / 1408 pesquisas em 2004 / 1321 pesquisas 2003).

2.2 . Utilizadores

Em 2005 estavam registados 2611 utilizadores da Biblioteca, tendo-se verificado o registo de 211 novos utilizadores (295 em 2004 / 413 em 2003).

Nos últimos anos registámos decréscimos na utilização da sala de leitura da Biblioteca. A justificação para tal decréscimo tem, certamente, a ver com os períodos de encerramento, por motivos de obras no edifício, e com a política restritiva de aquisições.

Por outro lado, presentemente, os utilizadores nem sempre precisam de vir à Biblioteca porque as pesquisas, a difusão selectiva da informação e até mesmo os empréstimos domiciliários se processam, também, via telefone, fax, correio, correio electrónico e Internet.

Em 2005 a Biblioteca registou a presença de 4137 utilizadores, sendo 69,01% advogados e 11,26% advogados estagiários.



3. Leitura presencial

3.1 Tipo de documentos consultados

À semelhança dos anos anteriores, as publicações periódicas (8821 em 2005 / 10 201 em 2004 / 13 436 em 2003), foram os documentos que registaram um maior número de consultas na sala de leitura.

Tal como em anos anteriores, registámos um decréscimo na leitura presencial de publicações periódicas e de obras de referência, mas também continuámos a registar um número significativo de empréstimos domiciliários, como adiante se verá.

3.1.1 Publicações periódicas

O Diário da República, o Boletim do Ministério da Justiça, a Colectânea de Jurisprudência, a Revista da Ordem dos Advogados, a revista "O Direito", a Revista Portuguesa de Ciência Criminal, a Vida Judiciária, os Cadernos de Justiça Administrativa, o Boletim da Ordem dos Advogados, bem como a Revista do Ministério Público e a Revista de Direito e Estudos Sociais foram os títulos mais consultados entre as publicações periódicas.

3.1.2 Monografias

Em 2005, registámos 5986 pedidos na consulta presencial de monografias (6054 em 2004 / 7304 em 2003).

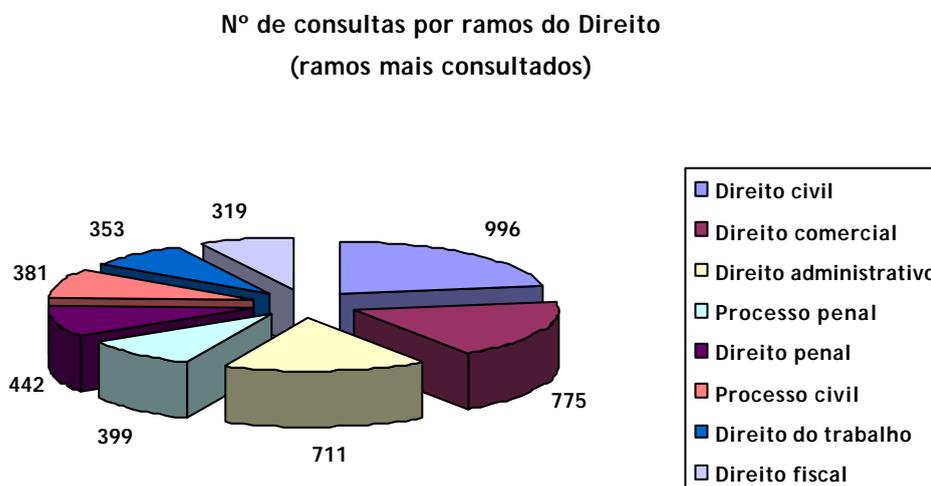
3.1.3 Obras de referência

Em 2005, registámos 150 pedidos de obras de referência (184 em 2004 / 204 em 2003).

A partir de Julho de 2005, a arrumação dos dicionários, enciclopédias e formulários nas estantes da sala de leitura passou a permitir a sua consulta em regime de livre acesso, tornando-se, por essa razão, impossível quantificar a leitura presencial dos mesmos. O decréscimo registado na consulta das obras de referência não corresponde, pois, a uma diminuição real da leitura presencial.

3.2 Consultas por ramos do Direito

O *Direito Civil* foi o ramo do direito mais consultado em 2005 com 996 consultas (893 consultas em 2004).



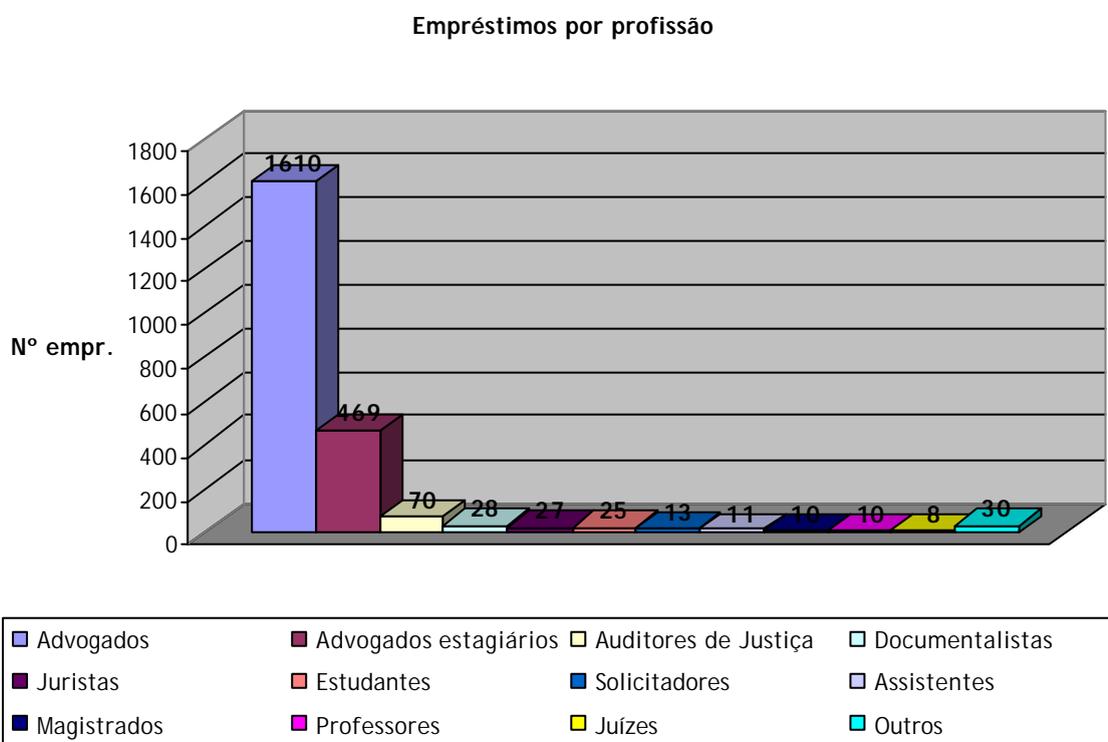
Outros ramos tradicionais, como o *Direito Comercial*, (558 em 2003 / 731 em 2004 / 775 em 2005) e o *Direito Administrativo* (919 em 2003 / 679 em 2004 / 711 em 2005), continuam a ser muito pesquisados.

3.3 Acesso aos expositores

A Biblioteca continuou a disponibilizar, regularmente, nos expositores da Sala de Leitura, documentos e compilações produzidos pelos técnicos da Biblioteca, bem como jornais, exemplares do Boletim, diversos catálogos bibliográficos e prospectos de cursos, congressos e seminários de âmbito jurídico.

4. Empréstimos domiciliários

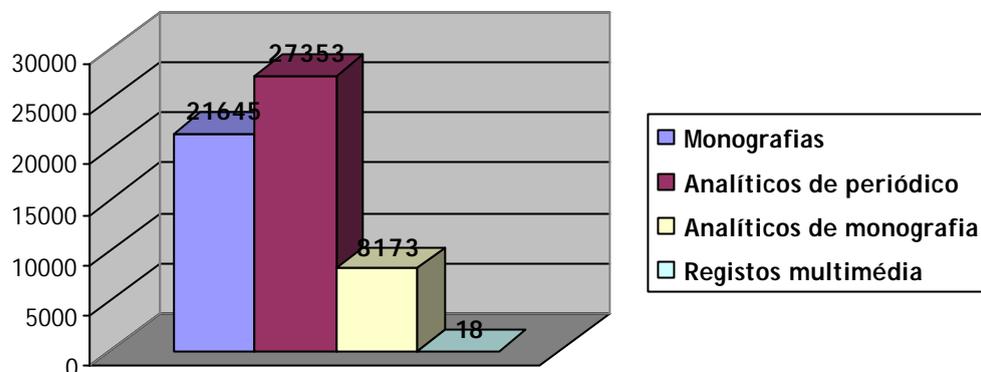
A Biblioteca registou um pequeno decréscimo no serviço de empréstimos domiciliários (2311 em 2005 face a 2560 em 2004). Não há a menor dúvida de que este decréscimo foi provocado pela desactualização do fundo documental da Biblioteca, sobretudo durante a suspensão da aquisição de monografias entre Fevereiro e Julho de 2006.



5. Tratamento documental informatizado

Em Dezembro de 2005 estavam carregados 57 189 registos bibliográficos: 27 353 analíticos de periódico; 21 645 monografias; 8173 analíticos de monografia e 18 registos multimédia.

Documentos catalogados até ao fim de 2005



5.1 Classificação e indexação de documentos

Procedeu-se à indexação e classificação de um total de 1290 documentos, correspondentes a monografias, analíticos de monografias e artigos de publicações periódicas.

5.2 Carregamento informático da base bibliográfica

Procedeu-se à catalogação de 1395 registos bibliográficos, tendo sido corrigidos 614.

| Catalogação | 2005 |
|---------------------------|------|
| Monografias | 429 |
| Analíticos de monografias | 196 |
| Analíticos de periódicos | 770 |

6. Portal da Ordem dos Advogados

Durante o ano de 2005, continuaram os trabalhos de actualização periódica das páginas da Biblioteca no portal da Ordem dos Advogados.

A base de dados bibliográficos - BOA, que permite a pesquisa ao espólio documental disponível para consulta na Biblioteca, está acessível *on-line* desde Agosto de 2001. Em Dezembro de 2005, esta base de dados era constituída por 57 189 registos bibliográficos (55 893 em 2004). Foram excluídos da base, por duplicação, cerca de cem registos.

A lista de periódicos (1075 títulos), carregada em ficheiro Access, continuou a ser actualizada e transferida para a página de informação da Ordem dos Advogados na Internet.

No triénio anterior, começámos a enviar por correio electrónico textos para a Gazeta Jurídica (novidades legislativas, regulamentares, jurisprudenciais e internacionais), menu entretanto criado no Portal da Ordem.

Em 7 de Março de 2005, a Gazeta Jurídica deu lugar à Gazeta Jurídica Diária, dedicada às referências legislativas e regulamentares nacionais e comunitária, e à Gazeta Jurídica Semanal, dedicada às referências legislativas e regulamentares nacionais, comunitárias e estrangeiras, às referências internacionais, às referências da jurisprudência constitucional e comunitária, às referências do processo legislativo e da *soft law* (relatórios, estudos, programas, guias, etc.) e às notícias da profissão, da imprensa e de congressos e actividades afins.

Foram editadas 190 gazetas jurídicas diárias e 43 gazetas jurídicas semanais.

A partir de 16 de Novembro de 2004 passaram a estar disponíveis na área reservada do *website* as bases de legislação *on-line* carregadas no *software* LOTUS DOMINO que, tal como o ISIS, também foi parametrizado pelo Ministério da Justiça para as bases documentais e de jurisprudência, tendo sido por nós adaptado à informação legislativa e regulamentar.

A página inicial da legislação *on-line* tinha a seguinte apresentação:

Legislação On-line

 **NOMON - Base de dados de legislação, doutrina e jurisprudência**
Esta base de dados contém, em texto integral e em versão consolidada, os principais códigos e diplomas legislativos das diversas áreas temáticas do Direito, podendo incluir também índices cronológicos, índices sistemáticos, organogramas, listagens, etc. Inclui ainda outros documentos e referências nacionais, comunitárias e estrangeiras.

 **PROCLEG - Base de dados de processo legislativo**
É constituída por referências recentes a projectos e propostas de lei, bem como a pareceres das diversas comissões da Assembleia da República. Alguns destes documentos estão também disponíveis em texto integral.

 **ACTOS - Base de dados de actos da Ordem dos Advogados**
Nesta base estão em texto integral todos os regulamentos internos da Ordem dos Advogados, textos dos protocolos celebrados pela Ordem, bem como o texto integral e/ou referências dos pareceres, acórdãos e outros actos do Conselho Geral e do Conselho Superior.

Em 2005 foram carregados 359 textos e referências nas bases NOMON e ACTOS.

A base de processo legislativo (PROCLEG) deixou de ser carregada em 2005.

O interesse suscitado pela base ficou demonstrado pelas reclamações que recebemos dos Senhores Advogados quando deixou de estar disponível no final do ano.

7. Serviço de fotocópias

Em 2005, foi apurada uma receita de € 4375,98 (€ 5627,30 em 2004) correspondente a 40 565 fotocópias (48 391 em 2004).

De salientar que, no âmbito da prestação de serviços interdepartamentais, foram realizadas um número significativo de fotocópias e impressões de artigos, pareceres dos Conselhos, legislação e regulamentação nacional e comunitária, etc.

8. Comunicações

8.1 Serviço de telecópia

Desde 1998 que é prestado o serviço de envio gratuito (a advogados) de telecópias contendo documentação jurídica, até ao limite de 5 páginas para Lisboa e 10 para outros destinos.

Em 2005 foram enviadas 935 telecópias (756 em 2004), sendo que a grande maioria destas correspondem ao envio de resultados de pesquisas de documentação jurídica v.g. diplomas legais, acórdãos, artigos de publicações periódicas, etc.

8.2 Correspondência

O conjunto de correspondência expedida (116 em 2005 / 180 em 2004) e recebida (333 em 2005 / 448 em 2004) teve como resultado um total de 449 cartas (662 em 2004). A maior parte da correspondência trocada diz respeito à aquisição e cancelamento de assinaturas de publicações, incluindo o agradecimento das ofertas, e tem registado sucessivos decréscimos nos últimos anos, visto que o correio electrónico é actualmente o meio preferencial de comunicação.

Foram trocadas na Biblioteca, 2290 mensagens em correio electrónico, relativas a pesquisas, documentação e informações pontuais, aquisição e/ou assinatura de publicações e a publicidade a publicações e eventos de carácter jurídico ou informático.

Uma percentagem significativa destas mensagens corresponde a informações fornecidas aos diversos serviços da Ordem; mas há diversas pesquisas de juristas e estudantes brasileiros.

Em 6 de Abril de 2005 foi enviado o primeiro Correio Jurídico da Ordem dos Advogados que, tal como a Gazeta Jurídica Semanal disponível no Portal da Ordem, inclui as referências legislativas e regulamentares nacionais, comunitárias e estrangeiras, referências internacionais, referências da jurisprudência constitucional e comunitária, referência do processo legislativo e da *soft law* (relatórios, estudos, programas, guias, etc.), notícias da profissão, da imprensa e de congressos e actividades afins.

A meio do ano, aproveitando a sugestão de uma Senhora Advogada, passámos a apresentar na última secção do Correio Jurídico as novidades editoriais "Livros e Revistas", com a capa dos respectivos exemplares.

Foram editados 39 Correios jurídicos em 2005.

9. Documentação da Biblioteca

Foi editado o Folheto da Biblioteca que substitui o antigo guia do utilizador.

Em 2005 foram realizados diversos relatórios de que salientamos os de âmbito geral, tais com o Relatório relativo à apresentação do serviço em 1 de Fevereiro de 2005, o Relatório de actividades de

2004 apresentado em 14 de Abril de 2005, o Plano de acção apresentado em 18 de Maio de 2005 e o Inventário de mobiliário e equipamento.

Tendo em conta a reestruturação ocorrida, v.g. a extinção do CDJ em Março de 2005, a redistribuição dos funcionários pelos serviços do Conselho Geral e as novas funcionalidades da Biblioteca, foi apresentado em Novembro de 2005 o projecto de revisão do Regulamento da Biblioteca.

10. Equipamentos

A remodelação da Sala de Leitura teve início em Abril de 2005, com a instalação do sistema anti-furto.

A reorganização das estantes para criação das zonas de acesso directo pelos utilizadores e a aplicação da nova sinalética da Sala de Leitura ocorreram em Julho de 2005.

O novo mobiliário (secretárias e cadeiras) da Biblioteca chegou em Setembro de 2005.

Com a aquisição de novos computadores, 2 postos de trabalho, em Julho 2005, e 3 postos para os utilizadores da Sala de Leitura, em Outubro 2005, iniciou-se a renovação do parque informático da Biblioteca, que deverá ficar concluída em 2006.

11. Encadernações

Durante o ano de 2005, procedeu-se à encadernação de 36 documentos, 34 exemplares de publicações periódicas e 2 monografias.

A grande maioria das encadernações efectuadas corresponde ao Diário da República, I e II séries.

12. Departamento Editorial

É de salientar, neste início de triénio, a estreita colaboração com o Departamento Editorial, tendo havido um aumento considerável de troca de documentos, informações e imagens, sobretudo no âmbito da preparação do Boletim da Ordem dos Advogados.

13. Biblioteca do Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados

De salientar, também, a cooperação com a Biblioteca do Conselho Distrital do Porto que se traduziu, à semelhança dos anos anteriores, no envio regular de informação bibliográfica e jurídica.

Algumas monografias e publicações periódicas repetidas foram oferecidas a esta Biblioteca.

14. Partilha de recursos

É de registar e agradecer, entre outras, a colaboração, expressa na permuta de informações e documentos, da Biblioteca da Procuradoria-Geral da República e da Biblioteca do Tribunal de Contas.

b) Departamento Administrativo

Vogal Responsável: Dr. Luís Filipe Carvalho

> Arquivo

Afectação de mais 1 colaborador, o que tem contribuído para a melhoria da gestão corrente do arquivo.

Foram efectuados os primeiros contactos com vista à digitalização de todo o arquivo, os quais, foram suspensos em virtude da eventual possibilidade de alcançar tal objectivo com o novo sistema informático.

> Serviços Administrativos

Reestruturação completa dos serviços, reforçada com a inclusão de novos funcionários, permitindo uma resposta mais rápida e eficaz às solicitações dos Advogados;

Aperfeiçoamento do atendimento telefónico (inclusão de mais 1 funcionário);

Criação de uma base de ofícios (para contagem anual do tipo de ofícios e comunicações) com ligação à base geral de Advogados;

Criação de uma base de pesquisa de correspondência a qual possibilita a impressão por número e data de entrada e por departamento.

> Cédulas

Implementação de um novo processo de emissão de cédulas, que tornou mais célere o processo da sua emissão e atribuição, bem como um controlo efectivo do procedimento.

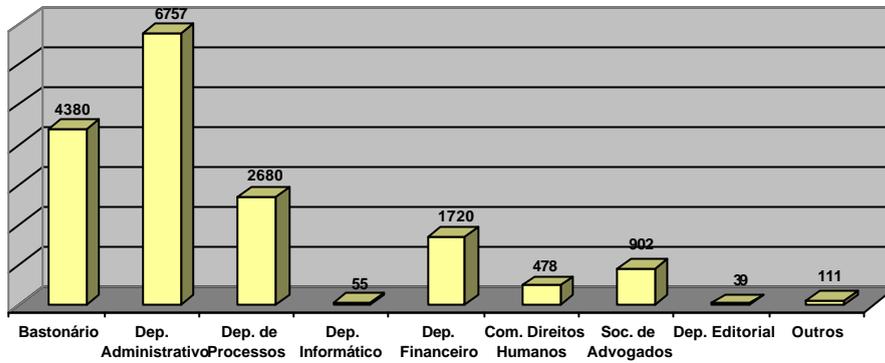
> Comissões, Institutos e Ordens Internacionais

Criação de um núcleo específico de apoio a estas entidades

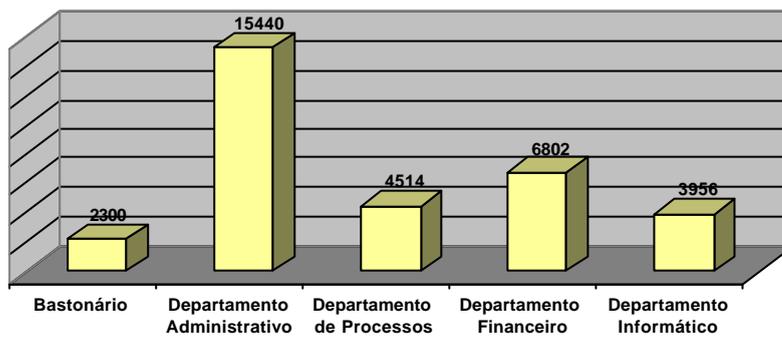
> Volume de Expediente do Conselho Geral

Deram entrada no Departamento Administrativo mais de 17.122 cartas, ofícios e requerimentos, dirigidos aos serviços do Conselho Geral e do Conselho Superior

Entrada de Expediente

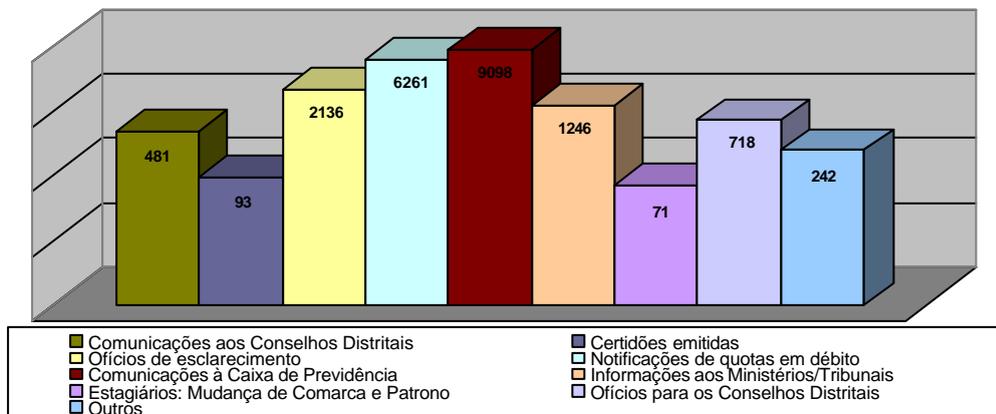


Expedição de Correspondência



Foram expedidas mais de 33.000 cartas, ofícios e circulares.

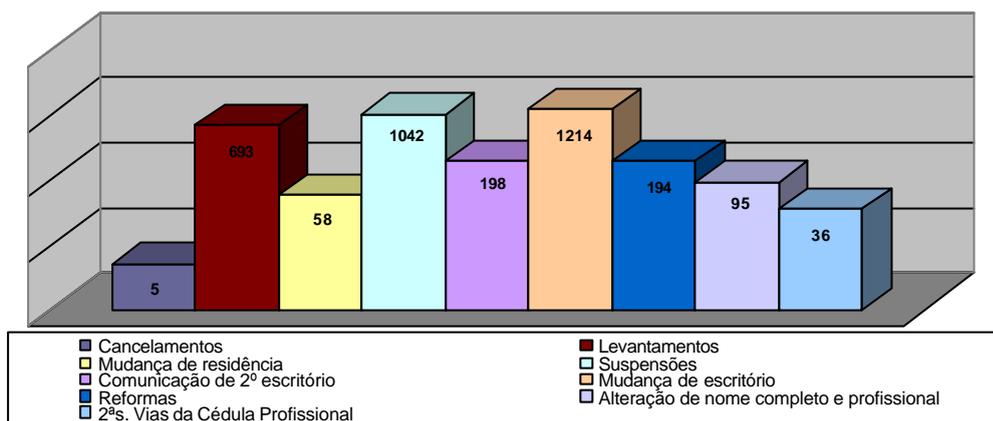
Expediente



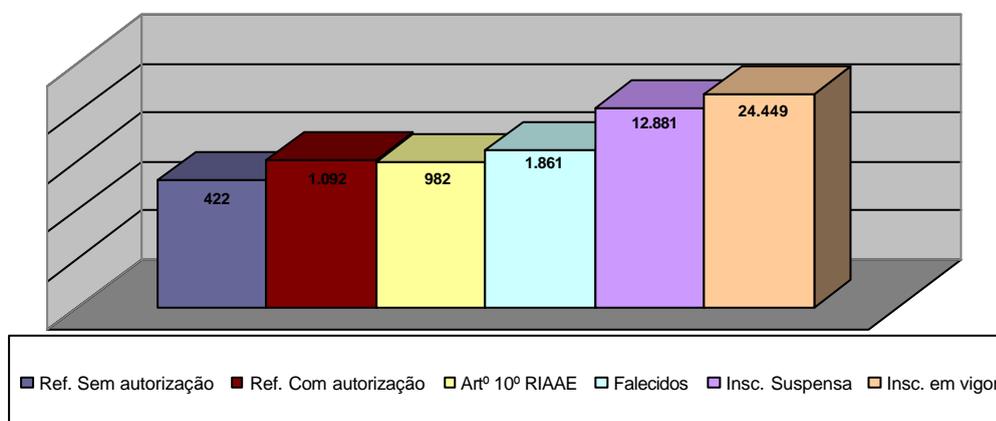
Movimento de inscrição de Advogados

No que concerne ao movimento de inscrição de Advogados, assinalamos o seguinte:

Movimento das inscrições em vigor

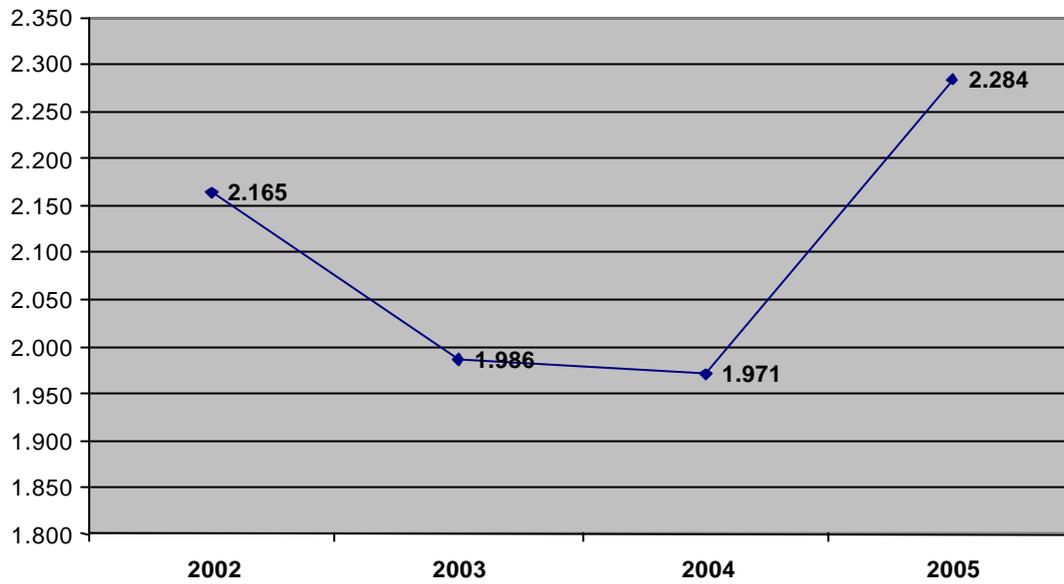


Inscrições em vigor

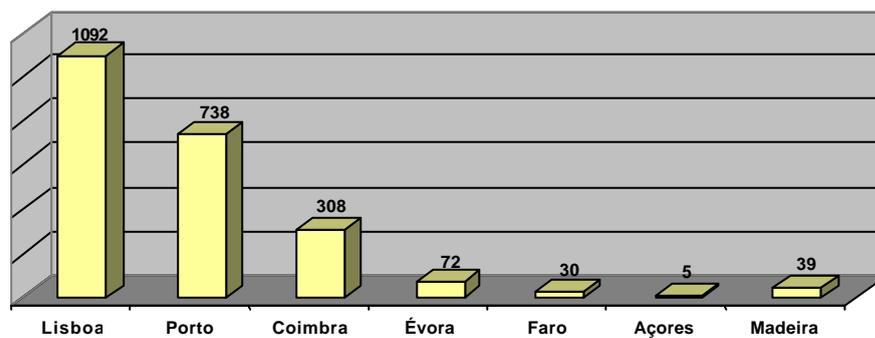


Atenta a evolução do número de inscrições de Advogados, constatamos que em 2005 requereram inscrição 2.284 Advogados.

Evolução das inscrições de Advogados



Advogados Inscritos por Conselho Distrital



c) Departamento Editorial

Vogal Responsável: Dr. Miguel de Almeida Motta

> Revista

Neste triénio foi nomeado Director da Revista da Ordem dos Advogados o Senhor Dr. Carlos Olavo e, como Sub-Director, o Senhor Professor Doutor António Menezes Cordeiro. O Senhor Dr. Alberto Luís passou a integrar a Comissão de Redacção e o Senhor Dr. Miguel de Almeida Motta foi nomeado Delegado do Conselho Geral para a Revista.

No decurso do ano de 2005 foram editados 2 números da Revista da Ordem dos Advogados - I/2005, II/2005.

> Boletim

Foi nomeado Director do Boletim da Ordem dos Advogados o Senhor Dr. Miguel de Almeida Motta.

Após estudo de avaliação dos custos/receitas procedeu-se a mudança de fornecedores o que proporcionou uma diminuição dos custos médios por edição.

Criou-se também uma nova grelha gráfica e editorial.

Em 2005 foram publicados cinco números do Boletim. A tiragem foi de 29.000 exemplares, por número.

Neste departamento foi ainda criado o Observatório da Advocacia com o lançamento dos Inquéritos às Sociedades de Advogados e desenvolvida compilação de fotografias com base de dados própria (2001 a 2005).

d) Departamento Financeiro

Vogal Responsável: Dr. Luís Filipe Carvalho

> Recebimento de quotizações e gestão do processo de controlo

- Afectação de um colaborador para dar apoio na vertente informática das quotizações, o que permitiu, não só a recuperação de diversas tarefas, como uma maior fiabilidade em todo o tratamento.

> Pagamento de bens e serviços;

> Processamento e pagamento de remunerações e avenças;

> Recepção, controlo e registo de toda a documentação contabilística e reconciliação de contas correntes;

> Controlo de procedimentos, que precedem a contabilização e o pagamento de bens e serviços;

> Apuramento e pagamento de contribuições e impostos;

> Execução orçamental e respectiva análise;

> Produção de relatórios para análise interna e para disponibilização a entidades públicas;

> Integração e controlo do processamento contabilístico e afins, e apuramento de impostos a nível nacional;

> Responsabilidade pelas operações financeiras e contabilísticas entre o Conselho Geral e os Conselhos Distritais.

e) Departamento Informático

Vogal Responsável: Dr. António Costeira Faustino

> Reestruturação do departamento criando condições objectivas para focalizar a actividade nos assuntos estritamente informáticos;

> Implementação e desenvolvimento do SinOA, essencial para dotar a OA de um instrumento de gestão de informação nacional, aglutinando e centralizando sistemas dispersos, diferentes e produtores de informação incoerente;

> Reformulação do modelo de suporte técnico para os Advogados criando condições para que o departamento continue a assegurar um serviço de qualidade sem envolver todos os recursos que lhe estão afectos;

> Aplicação operacional

Mudança de local dos serviços, transferência de competências para outros serviços, ficando no departamento somente o que à informática respeita;

Contratação de novos colaboradores o que permitiu cumprir de forma eficaz os objectivos traçados.

Resultados

O departamento focalizado nas suas competências específicas e com respostas internas e externas mais céleres;

> Conclusão da implementação do SinOA - Sistema de Informação da Ordem dos Advogados.

f) Departamento Jurídico

Na sequência da reestruturação de alguns dos serviços e departamentos, em Março de 2005, foi criado junto do Conselho Geral, o Departamento Jurídico, tendo sido designado para o efeito como responsável deste Departamento, Jurista, o qual vem exercendo funções na Ordem dos Advogados desde 1996.

De entre as diversas actividades desenvolvidas, pelo Departamento Jurídico, durante o ano de 2005, destacam-se as seguintes:

- > Definição e implementação de modelos contratuais a serem utilizados pela Ordem dos Advogados;
- > Elaboração de contratos de prestação de serviços bem como de contratos de trabalho;
- > Redacção e acompanhamento da execução de contratos de fornecimento de bens e serviços, bem como de contratos de assistência técnica;
- > Definição e implementação de normas, modelos e práticas de contratação pública;
- > Consultas a terceiros, concursos, recepção e análise de propostas contratuais, comerciais e financeiras e adjudicações;
- > Celebração de Contratos e Acordos referentes a relações contratuais já em vigor, designadamente:
 - ✓ Seguro de responsabilidade civil;
 - ✓ SINOA (com a LINK);
 - ✓ Licenciamento de *software* MICROSOFT;
 - ✓ Contrato de prestação de serviços de telecomunicações;
 - ✓ Acordo de Manutenção de *hardware* (com a IBM).
- > Alargamento dos modelos contratuais aos Conselhos Distritais;
- > Convite para apresentação de propostas no âmbito de concurso com vista à adjudicação e contratação de Sociedade de Revisor Oficial de Contas para Certificação Legal das Contas da Ordem dos Advogados a partir do exercício contabilístico de 2006;
- > Supervisão das actividades desenvolvidas em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho nos diversos estabelecimentos da Ordem dos Advogados;
- > Assessoria Jurídica aos diversos serviços do Conselho Geral;
- > Análise e acompanhamento de expediente dirigido ao Sr. Bastonário e ao Conselho Geral, nomeadamente:
 - a) Apreciação de exposições e requerimentos de advogados, particulares e instituições;
 - b) Articulação com os diversos órgãos da OA com vista à resolução das questões suscitadas
- > No âmbito das actividades desenvolvidas no Gabinete do Bastonário, o Departamento Jurídico presta também assessoria jurídica ao Bastonário bem como ao Conselho Geral;
- > Elaboração de propostas de deliberação e de procedimentos a apresentar ao Conselho Geral;
- > Estudo e elaboração, em articulação com vogais do Conselho Geral, de ante - projectos de regulamentos a apresentar ao Conselho Geral;

> Acompanhamento e implementação de deliberações, recomendações e regulamentos aprovados pelo Conselho Geral, junto dos serviços, bem como junto dos diversos conselhos distritais da Ordem dos Advogados;

> Redacção e envio de actos correspondentes a regulamentação emergente dos órgãos da Ordem que careçam de publicação obrigatória na 2.ª série do Diário da República.

g) Departamento de Novas Iniciativas

Vogal Responsável: Dr. Luís Filipe Carvalho

Foi criado no início de 2005 tendo por principais funções:

> Organização dos eventos promovidos pelo Conselho Geral, quer em exclusivo, quer em colaboração com os restantes órgãos da Ordem dos Advogados e com diversas instituições externas;

> Implementação de novos projectos e/ou o alargamento a nível nacional de iniciativas dos Conselhos Distritais;

> Desenvolvimento dos Benefícios dos Advogados.

Durante o ano de 2005 foram desenvolvidas as seguintes actividades:

Benefícios dos Advogados

Divulgação e alargamento do projecto a todos os CD's.

Protocolos

Celebração de Protocolos relevantes para a actividade dos Advogados (Jurinform, Geotur, Banco BEST, ISLA, ONI, BCP)

Novas Cédulas Profissionais para Advogados Estagiários

Implementação do novo modelo a nível nacional

Organização de Conferências

- » O Banco Mundial e o Apoio ao Sector Jurídico e Judicial na África Lusófona;
- » A Reforma do Arrendamento Urbano;
- » Conferências promovidas por Comissões e Institutos da OA e entidades terceiras.

Dia do Advogado

Organização da cerimónia (Sintra, Maio 2005)

V Convenção das Delegações

Participação na organização do evento (Cascais, Maio de 2005)

VI Congresso dos Advogados Portugueses

Organização (Novembro 2005).

Advogados Ex - Combatentes

Envio, por solicitação do Ministério da Defesa, a todos os Advogados Ex - Combatentes (cerca de 500) de impresso para requerimento de contagem de tempo de serviço militar.

Intervenção ao nível da comunicação com os Conselhos Distritais

Uniformização de procedimentos e alargamento a nível nacional de projectos.

Agenda do Advogado 2006

Alargamento do projecto a nível nacional.

h) Departamento de Processos

Sociedades de Advogados

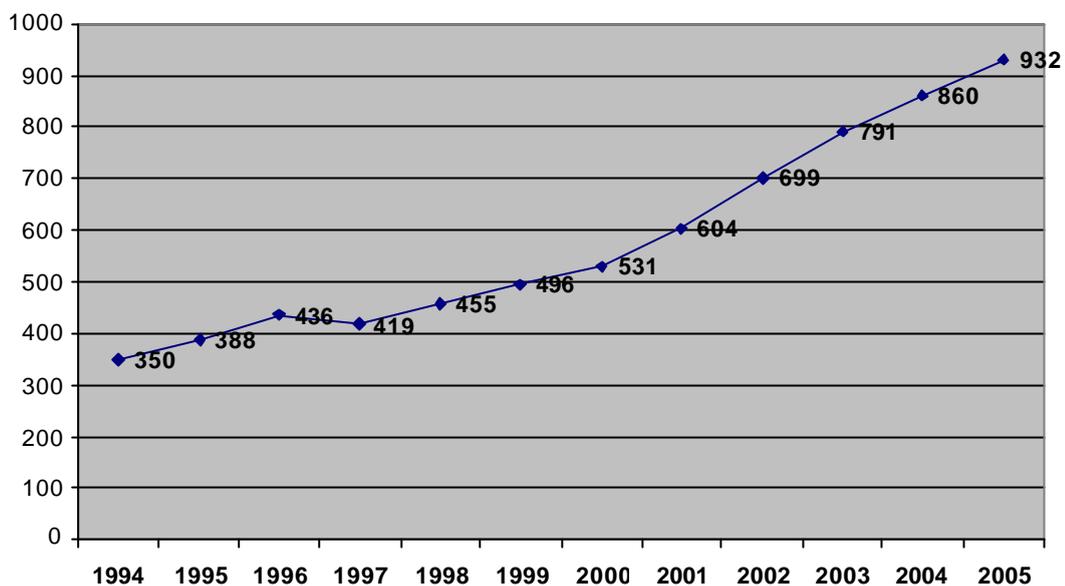
Vogal Responsável: Dr. Miguel de Almeida Motta

Publicação do Novo Regime Jurídico das Sociedades de Advogados, com entrada em vigor em 10/01/2005.

A adaptação das Sociedades de Advogados ao Novo Regime Jurídico conduziu a um aumento exponencial do volume de instrução de processos e respectivos registos:

- > 932 sociedades inscritas, sendo que 776 estão no activo;
- > 72 novas sociedades constituídas em 2005, das quais 52 adoptaram RL, 7 RI e 13 que ainda não se conformaram com o novo regime legal;
- > 264 registos de alteração de pacto social já efectuados, dos quais 197 adoptaram RL e 40 adoptaram RI e 27 dissoluções;
- > 131 alterações de pactos sociais foram aprovadas e aguardam o respectivo registo;
- > 525 certidões emitidas.

Evolução das Sociedades de Advogados

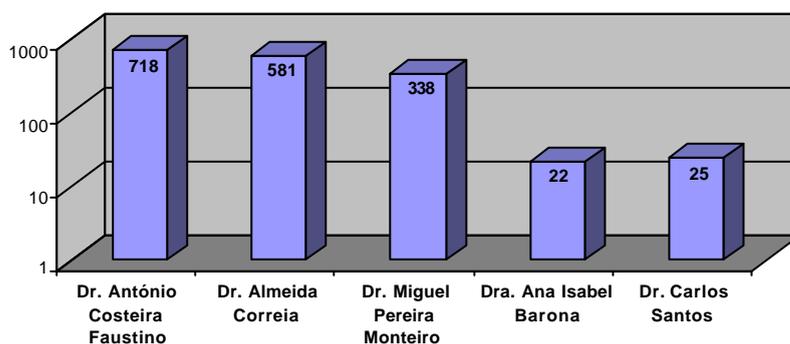


Processos de Inscrição de Advogados e Advogados Estagiários

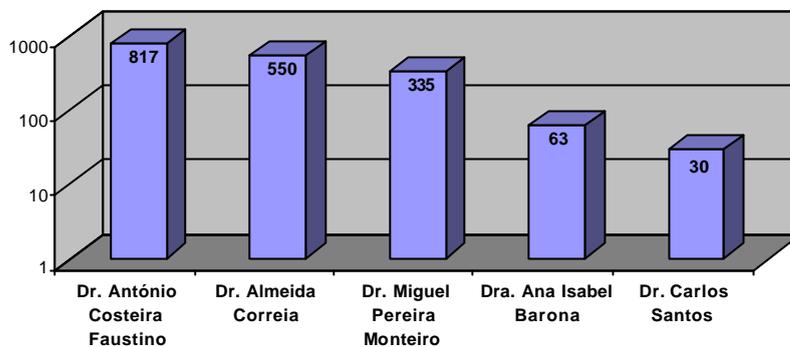
Vogal Responsável: Dr. António Costeira Faustino

Relativamente aos processos de inscrição de advogados e advogados estagiários o movimento foi o seguinte:

Processos de inscrição de Advogados Estagiários relatados por:



Processos de inscrição de Advogados relatados por:

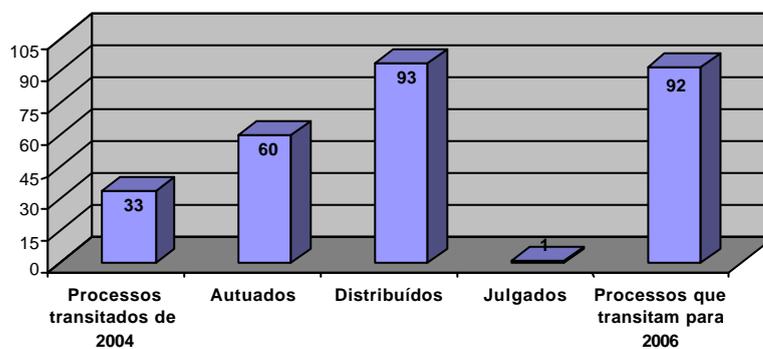


Em 2005 o total de processos relatados foi de 3.546.

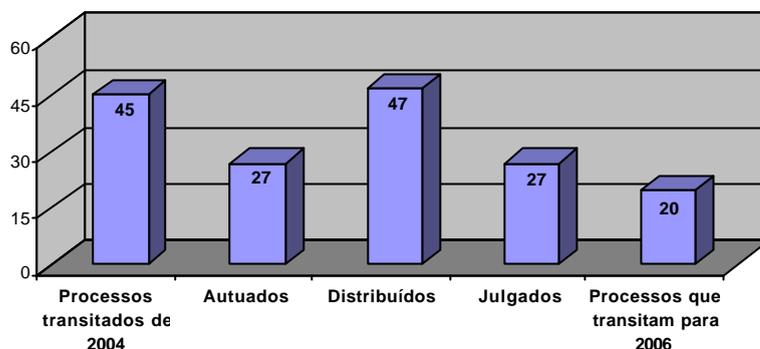
Reconhecimento de Especialidades, Pareceres, Recursos de Sigilo Profissional e Recursos de Inscrição.

Movimento de Processos

Processos de Especialidades



Processos de Parecer



Eis a enumeração dos pareceres mais significativos aprovados no ano de 2005:

Processo de Parecer nº E-6/04

Relator: DR. ALMEIDA CORREIA

Aprovação: Sessão plenária de 29 de Abril de 2005

Assuntos: Pertinência do funcionamento do curso profissional de nível III, designado por "Técnico de Serviços Jurídicos", no âmbito do concurso público aberto pelo Ministério da Educação, financiado pelo PROLAG.

Processo de Parecer n.º E-30/04

Relator: DR. FERNANDO MOURA

Aprovação: Sessão plenária de 13 de Maio de 2005

Assuntos: Podem os advogados inscritos na Ordem, e com escritório na Comarca sede do Tribunal, ser nomeados juizes sociais para esse mesmo tribunal?

Processo de Parecer n.º E-64/04

Relator: DR. JOSÉ LUÍS DA CRUZ VILAÇA

Aprovação: Sessão plenária de 15 e 16 de Abril de 2005

Assuntos: Publicidade a alimentos e bebidas

Processo de Parecer n.º E-1/05

Relator: DR. ALMEIDA CORREIA

Aprovação: Sessão plenária de 11 de Fevereiro de 2005

Assuntos: Sobre os objectivos e objecto constante dos Estatutos propostos pela Associação X, bem como sobre a contribuição dos advogados associados e dos que vierem a ser indicados pela referida Associação, no prosseguimento dos seus objectivos e objecto.

Processo de Parecer n.º E-9/05

Relator: DR. ROGÉRIO MOURA

Aprovação: Sessão plenária de 17 de Junho de 2005

Assuntos: Procuradoria Ilícita e diligências solicitadas pelos Conselhos Distritais à PSP.

Processo de Parecer n.º E-10/05

Relator: DR. ALMEIDA CORREIA
Aprovação: Sessão plenária de 11 de Março de 2005
Assuntos: Sobre o pedido de autorização para a prática de actos próprios dos advogados e dos solicitadores por entidade sem fins lucrativos.

Processo de Parecer n.º E-20/05

Relator: DR. BERNARDO DINIZ DE AYALA
Aprovação: Sessão plenária de 16 de Dezembro de 2005
Assuntos: Autorização para utilização de sinal distintivo de escritório

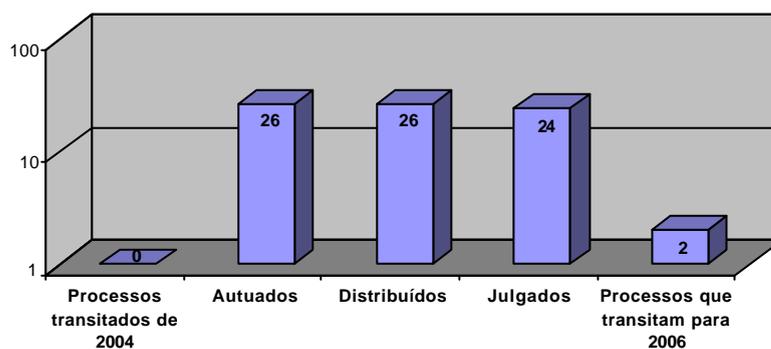
Processo de Parecer n.º E-25/05

Relator: DR. BERNARDO DINIZ DE AYALA
Aprovação: Sessão plenária de 15 de Julho de 2005
Assuntos: Incompatibilidade na acumulação de funções de mediador imobiliário e de advogado;
Incompatibilidade na acumulação de funções de angariador imobiliário e de advogado;
Aplicação no tempo das incompatibilidades.

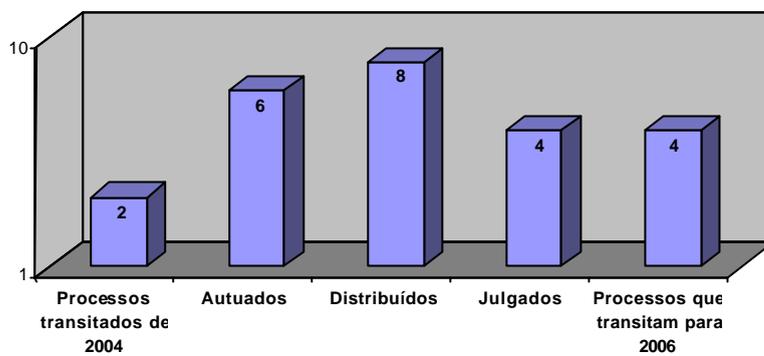
Processo de Parecer n.º E-27/05

Relator: DR. BERNARDO DINIZ DE AYALA
Aprovação: Sessão plenária de 16 de Dezembro de 2005
Assuntos: Consulta jurídica prestada por docentes Universitários; Segredo profissional

Processos de Segredo Profissional



Processos de Recurso de Inscrição



i) Gabinete do Bastonário

Assessoria de Comunicação:

Comunicação Externa

Novo portal da Ordem dos Advogados

Reformulação do portal da Ordem dos Advogados - grafismo, estrutura, navegabilidade e serviços - em parceria com os Conselhos Distritais.

> www.oa.pt

- ✓ Actualização dos conteúdos do portal do Conselho Geral;
- ✓ Reestruturação da arquitectura do portal;
- ✓ Reformulação das páginas das Comissões e Institutos;
- ✓ Criação de áreas específicas, como a da UALP;
- ✓ Criação de novos *mini-sites* das Delegações (23 novos sites num total de 49);
- ✓ Acções de formação sobre o *backoffice* para as Delegações e colaboradores internos;
- ✓ Disponibilização das Gazetas Jurídicas Diária e Semanal.

> Comunicação social

- ✓ Articulação directa com os meios ou através da *Communicare*, da promoção dos eventos e divulgação das mensagens/posições da Ordem dos Advogados;
- ✓ Recolha de informação, preparação e aprovação dos comunicados de imprensa.

> Imagem corporativa

- Determinação e concepção de imagem gráfica e suportes a adoptar, para eventos promovidos pela Ordem dos Advogados;
- Definição e implementação de uma linha gráfica a utilizar pelo Conselho Geral, Comissões e Institutos, Conselhos Distritais e Delegações, garantindo a uniformidade de suportes como folhas, envelopes, cartões de visita, *templates* de e-mail e facturas;
- Criação e desenvolvimento de uma imagem corporativa para o Conselho Geral, com aplicação em diversos suportes: brochura institucional, folheto biblioteca, capas, sacos, sinalética do edifício.

Comunicação Interna

> Criação e administração dos fóruns do Conselho Geral e Delegações;

> Distribuição diária do *clipping*;

> Início de um questionário às Delegações sobre os temas Internet, fóruns e estacionário. Que dificuldades/limitações se colocam? Qual a receptividade a estas iniciativas?

Assessoria Jurídica

Em cumprimento do previsto no programa da candidatura foi criado, em Março de 2005, o Gabinete do Bastonário, correspondendo a uma das fases da programada renovação dos meios humanos afectos ao Conselho Geral.

O Gabinete foi inicialmente constituído por dois jovens advogados, e em Julho, o Gabinete foi reforçado com mais um elemento, também um advogado, cuja actividade, neste caso, incidiu, em especial, na análise das decisões dos órgãos com competência disciplinar, com vista a aferir a viabilidade/necessidade do exercício da faculdade de recorrer das respectivas decisões concedida ao Bastonário, nos termos do EOA, e na articulação com os mandatários da Ordem dos Advogados no quadro do patrocínio por estes assegurado.

Tendo presente que o Bastonário é, por inerência, Presidente do Conselho Geral, as funções do Gabinete compreende, também por inerência, para além da tarefa principal de assessoria ao Bastonário, a assessoria ao Conselho Geral.

Embora não exista uma definição estanque dos pelouros a que cada um dos membros do Gabinete está adstrito, derivado, em parte, da estreita colaboração entre todos e também com o Departamento Jurídico do Conselho Geral, espírito que presidiu à resolução das tarefas que lhe foram confiadas, a actividade empreendida durante o ano de 2005 revelou a definição de algumas áreas de actuação das quais se destacam as seguintes:

Relações Internacionais

> Articulação com os representantes da Ordem dos Advogados nas organizações internacionais das quais esta é membro, na análise e resposta aos documentos de trabalho recebidos.

> Resposta a questionários de organizações internacionais dos quais se destacam:

CCBE - "Annual Questionnaire - Organization of the profession, self-regulation, training, statistics";

CCBE - Information Technology - Law, Committee - "The current state of play of the developments in electronic communications";

CCBE - Training Committee - "Information about academic and professional training";

CCBE - Competition Committee - "Representation by Lawyers before Supreme Courts in the EU";

> Presença em reuniões com representantes de organismos internacionais que visitaram a Ordem, acompanhando o Bastonário ou, pontualmente, em representação deste.

> Análise de propostas de parceria com organizações internacionais.

Análise de exposições de particulares

> Neste âmbito compreende-se a resposta e encaminhamento às exposições de particulares, as quais na sua maioria traduziram pedidos de esclarecimentos e/ou de consulta jurídica, estes últimos necessariamente indeferidos, com a sugestão de consulta de um advogado. Assinala-se ainda a recepção de um elevado número de reclamações e queixas contra advogados, por vezes infundadas, mas que ainda assim, foram encaminhadas para os órgãos competentes para a sua apreciação, dado que só a estes cabe estatutariamente esse juízo.

> Articulação com os órgãos e serviços da Ordem dos Advogados na resolução das questões suscitadas.

Análise de exposições de colegas

> As exposições apresentadas ao Bastonário e distribuídas ao Gabinete relatam, na sua maioria, situações de atraso e de mau funcionamento de tribunais, de conservatórias, de serviços de finanças, entre outros. A todos foi dado o devido encaminhamento e nalguns casos, apraz-nos registar, com respostas muito positivas por parte das entidades reclamadas ou por parte das respectivas entidades de supervisão ou de tutela.

> Compilação dos elementos recebidos dos Colegas e das diferentes delegações da Ordem dos Advogados relativas aos honorários devidos no âmbito do apoio judiciário, com vista a instruir as diligências do Bastonário junto do Ministério da Justiça e do Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça.

> Análise de requerimentos e instrução do respectivo procedimento decisório.

Análise e resposta de ofícios de entidades e organismos públicos

> Neste âmbito foram respondidos ou encaminhados ofícios de entidades tão diversas como a Casa Civil do Presidente da República, Assembleia da República, Tribunais, Provedoria de Justiça, diferentes Ministérios, Conselho Superior da Magistratura, Procuradoria-Geral da República, C.M.V.M., Conservatórias e outras.

> Foram também respondidos vários questionários relativos ao exercício da profissão.

Assessoria jurídica ao Conselho Geral

> Acompanhamento das sessões do CG, sempre que solicitado, de forma a apresentar as informações preparadas pelo Gabinete, e bem assim com vista à rápida implementação ou divulgação das deliberações ali tomadas. Neste âmbito é possível destacar, a título de exemplo, as seguintes informações preparadas pelo Gabinete:

- ✓ Proposta de deliberação sobre diversos pedidos de concessão do patrocínio da Ordem dos Advogados veiculados pelos conselhos distritais ou pelas delegações;
- ✓ Análise e proposta de decisão de várias reclamações relativas ao pagamento da quota correspondente ao mês da inscrição definitiva como advogado;
- ✓ Proposta de deliberação, de carácter genérico, relativa ao pagamento da quota correspondente ao mês de inscrição definitiva como advogado;
- ✓ Proposta de deliberação sobre o pagamento dos emolumentos devidos pela emissão de certidões requeridas à Ordem dos Advogados, no quadro de processos no qual se litigue com benefício de Apoio Judiciário.

> Colaboração na redacção dos projectos dos regulamentos a aprovar pelo Conselho Geral sob orientação do Relator/Vogal do Conselho Geral respectivo;

> Acompanhamento e implementação das deliberações, recomendações e regulamentos aprovados em Conselho Geral em articulação com os serviços e com os conselhos distritais;

> Articulação com os mandatários da Ordem dos Advogados no quadro do patrocínio por estes assegurado.

Articulação com os conselhos de deontologia

> Recepção e análise das decisões dos Conselhos de Deontologia, aferindo a viabilidade de interposição de recurso.

> Articulação com os serviços dos Conselhos de Deontologia para a uniformização quanto ao:

- ✓ Modelo único de relatórios trimestrais;
- ✓ Notificação ao Bastonário dos acórdãos, trânsitos em julgado, cumprimento de penas, etc.

Colaboração em iniciativas da Ordem dos Advogados

> Participação no processo de revisão das comunicações ao VI Congresso dos Advogados Portugueses.

> Redacção das conclusões da Conferência "*A Especialização na Advocacia: questões actuais e perspectivas futuras*", que teve lugar na Faculdade de Direito de Lisboa, em 17 de Maio de 2005.

Com referência às áreas de actividade acima elencadas foram analisadas e respondidas cerca de 800 exposições/requerimentos, a que correspondeu o envio de aproximadamente o mesmo número de ofícios de resposta e/ou encaminhamento, sem contabilizar os esclarecimentos pontuais prestados presencialmente, por telefone, ou por *e-mail*.

Foram analisados aproximadamente 1200 acórdãos notificados ao Bastonário pelos diferentes conselhos de deontologia e pelo Conselho Superior.

Ainda durante o ano de 2005 foi efectuado o levantamento de alguns procedimentos internos e iniciada a tarefa de proceder a actualização e modernização dos mesmos. A estes projectos será dada continuidade em 2006.

Uma palavra final, para assinalar e agradecer a receptividade dos serviços e órgãos da Ordem dos Advogados e bem assim dos Colegas com quem tivemos o privilégio de contactar.